O crescimento demográfico de Minas Gerais na década de 1950 e suas consequências na capital mineira

Bianca Rezende Godói[1]

RESUMO

Na década de 1950, Minas Gerais sofreu um relativo crescimento demográfico devido a diversos fatores, industriais, sociais e econômicos, que influenciaram diretamente em diversas regiões do Estado. Este artigo tem como objetivo analisar o crescimento demográfico de Minas Gerais na década de 50, utilizando como fonte o Censo Demográfico de 1954, observando quais foram as consequências que acarretaram mudanças não só gerais dentro do próprio Estado, mas também locais, como na cidade de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Minas Gerais. Crescimento demográfico. Belo Horizonte.

ABSTRACT

In the 1950s, Minas Gerais experienced a relative demographic growth due to several factors, industrial, social and economic, that directly influenced several regions of the State. The article aims to analyze the demographic growth of Minas Gerais in the 1950s, using the Demographic Census of 1954 as source, observing what were the consequences that caused the changes not only general within the State itself, but also local, as in the city of Belo Horizonte.

Keywords: Minas Gerais. Demographic Growth. Belo Horizonte.

Introdução

Na década de 1950, Minas Gerais sofreu um relativo crescimento demográfico devido a diversos fatores, industriais, sociais e econômicos, que influenciaram diretamente em diversas regiões do Estado. A capital mineira, Belo Horizonte, veio a desenvolver-se e a modernizar-se nesse período, principalmente quando Juscelino Kubitschek (JK) foi Governador de Minas Gerais.

De modo geral, os anos 50 foi um período de grandes mudanças no Brasil. Com o governo Dutra, começou-se um processo de substituição das importações em detrimento do desenvolvimento da indústria brasileira, o que causou maior participação da população no movimento da economia. Já na segunda metade da década de 50, com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitscheck, têm-se um crescimento da economia nacional, principalmente com sua política Urbanística e de Modernização do Brasil. Nesse período, houve uma grande demanda por serviços em Minas Gerais, na recém-construída cidade de Belo Horizonte. Projetada pelo engenheiro Aarão Reis, entre 1894 e 1897, Belo Horizonte foi inteiramente planejada para ser a moderna capital mineira. Além do aumento demográfico

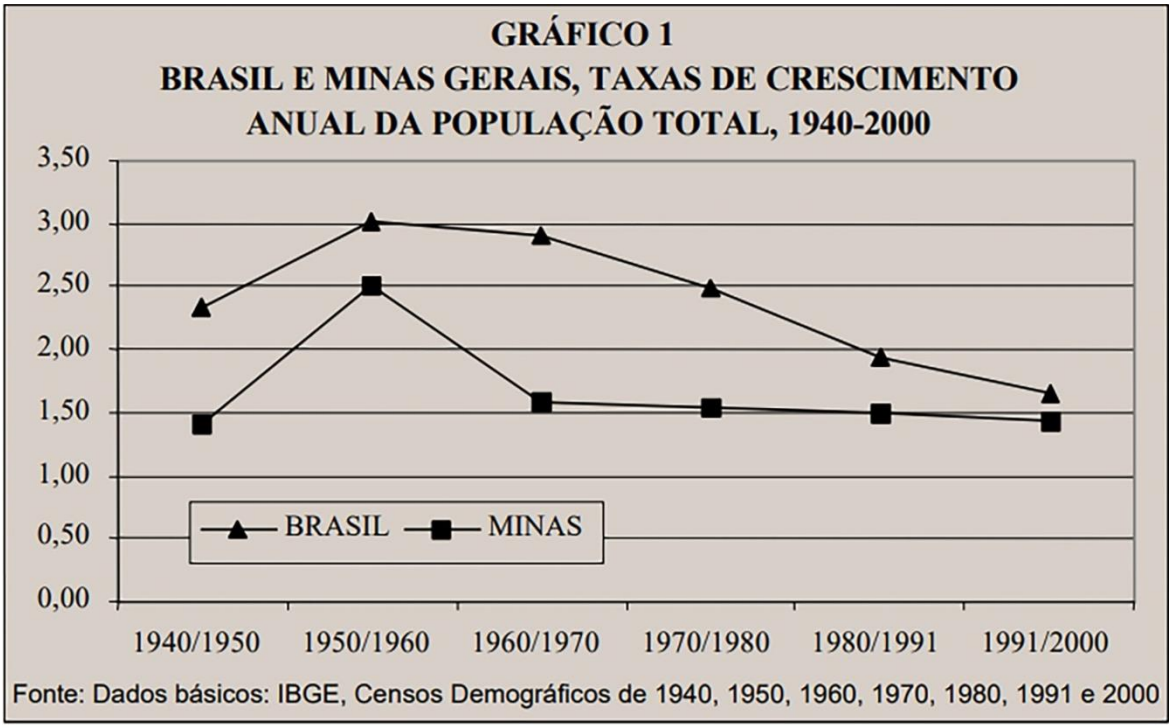
[1] Historiadora (PUC Minas) e Mestranda em Educação (UFMG). E-mail: biancagodoi.ufmg@outlook.com

ocorrido pela oferta de serviços no processo de construção da cidade de Belo Horizonte, em 1950, essa demanda continuou em alta durante a sua Modernização.

Esse artigo tem como objetivo analisar o crescimento demográfico de Minas Gerais na década de 50, observando quais foram as consequências que acarretaram mudanças, não só gerais dentro do próprio Estado, mas também locais, como na cidade de Belo Horizonte. Para isso, será utilizado, como fonte, o Censo Demográfico de Minas Gerais de 1954, buscando-se examinar os períodos de crescimento demográfico de Minas, que este nos revela, comparando-o com o período de desenvolvimento industrial e urbano desse Estado e, principalmente, da cidade de Belo Horizonte.

Censo demográfico de minas gerais de 1950

Figura 1: Taxa de crescimento demográfico anual da população total do Brasil e de Minas Gerais entre 1940-2000



Fonte: BRITO; HORTA, 2002, p. 2.

A região de Minas Gerais sofreu um relevante crescimento demográfico na década de 1950, fato que influenciou tanto o meio social, quanto o meio econômico. Nesse período, o predomínio da economia cafeicultora no mercado brasileiro começava a ser, gradativamente, desde a década de 30, substituído pela produção siderúrgica e pelo aproveitamento do Estado

voltado para os recursos minerais. Também na década de 1950, no governo Dutra, começou-se um processo de substituição das importações em detrimento do desenvolvimento da indústria brasileira, o que causou maior participação na economia brasileira. Nesse sentido, os autores Brito e Horta (2002) afirmam que:

> A partir da segunda década do século XX, Minas Gerais inicia a expansão da sua siderurgia, que se acelerou no final dos anos 30 com a inauguração do alto forno da Belgo Mineira em João Monlevade, abrindo uma nova perspectiva para a inserção da economia mineira no cenário nacional. Porém, o crescimento da siderurgia só se consolidou na década de 50, com a estatização da Acesita, a inauguração da Mannesmman e a construção da Usiminas. Assim mesmo, os efeitos multiplicadores da siderurgia para a economia mineira foram relativamente pequenos, assim como da mineração, que acompanhou o crescimento da produção de aço. O estado estava longe de superar a sua estagnação econômica, com fortes repercussões sobre o crescimento demográfico. (BRITO; HORTA, 2002, p. 2).

Na primeira metade de 1950, houve também um alto desenvolvimento no que tange à energia e ao transporte brasileiro na tentativa de potencialização da infraestrutura, refletida no crescimento econômico. Cria-se, nesse momento, a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG) e o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DEER), que teriam papéis importantes nesse desenvolvimento estrutural.

Já na segunda metade da década de 50, com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitscheck, têm-se um crescimento da economia nacional, principalmente com sua política Urbanística e de Modernização do Brasil. Minas Gerais, em específico, expandiu-se nas áreas da siderurgia, da metalurgia e da indústria de cimento (reflexos da demanda da época). Além desses aspectos, a construção da tão estruturada e planejada Brasília, por Oscar Niemeyer, coloca Minas Gerais em uma posição de prestígio e destaque no que se refere à Modernização.

Nesse sentido, nota-se no estado de Minas Gerais, um crescimento demográfico intenso nessa década, principalmente devido à demanda de serviços que vem com a Modernização do país. Com o desenvolvimento e os investimentos na infraestrutura, a oferta de empregos cresce, o que faz com que grande parte da população migre para as cidades, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Diante disso, os autores Brito e Horta (2002) afirmam que as cidades de Minas Gerais têm, nesse momento, um papel de destaque:

> Nos anos 50, Minas teve a maior taxa de crescimento populacional da sua história, 2,39% ao ano, assim mesmo menor do que a do Brasil, 3,04%, que também bateu todos os recordes. A combinação de um alto crescimento vegetativo com a

> intensificação da migração rural-urbana (a população rural cresceu apenas 0,98% ao ano), fez com que as cidades mineiras crescessem a uma taxa média anual de 5,49%. (BRITO; HORTA, 2002, p. 4).

Assim, o Censo Demográfico do Estado de Minas Gerais de 1954 nos mostra alguns dados específicos sobre esse crescimento demográfico como a procura por serviços pelas pessoas economicamente ativas.

Duas tabelas desse Censo serão aqui analisadas e comparadas, buscando-se, com isso, algumas conclusões interpretativas sobre ambas. A primeira tabela analisadaé a de número28, representada pela Figura 2.

Figura 2: Tabela 28 do Censo Demográfico de Minas Gerais

28. PESSOAS ECONÔMICAMENTE ATIVAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO E RAMO DE ATIVIDADE, SEGUNDO GRUPOS DE IDADES

N.º de ordem	GRUPOS DE IDADES	PESSOAS ECONÔMICAMENTE ATIVAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS										
		Totais			Agricultura, pecuária e silvicultura		Indústrias extrativas		Indústrias de transformação		Comércio de mercadorias	
		Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	*TOTAIS*	2 426 382	2 129 030	297 352	1 563 930	59 588	45 982	960	189 837	31 157	91 365	6 993
2	10 a 14 anos	182 700	155 120	27 580	136 709	9 236	1 810	91	6 063	1 918	3 472	344
3	15 a 19 anos	421 464	342 553	78 911	265 024	16 386	6 153	264	30 294	10 755	12 463	2 111
4	20 a 24 anos	386 242	328 640	57 602	235 697	8 335	7 709	189	34 573	7 637	13 104	1 874
5	25 a 29 anos	311 411	278 236	33 175	195 271	4 258	7 054	114	28 726	3 766	12 457	899
6	30 a 39 anos	473 282	429 383	43 899	296 177	6 402	11 454	148	40 826	3 765	21 714	901
7	40 a 49 anos	333 071	304 188	28 883	215 881	6 275	7 051	79	27 376	1 842	14 874	491
8	50 a 59 anos	191 827	175 834	15 993	129 268	4 735	3 145	49	14 519	829	8 396	241
9	60 a 69 anos	91 666	84 216	7 450	65 289	2 743	1 230	20	5 686	405	3 769	94
10	70 a 79 anos	24 317	22 212	2 105	18 244	886	236	1	1 223	146	821	19
11	80 anos e mais	5 404	4 742	662	4 080	266	59	1	193	73	128	14
12	Idade ignorada	4 998	3 906	1 092	2 290	66	81	4	358	21	167	5

Fonte: Censo Demográfico de Minas Gerais de 1954

Na Figura 2, referente às pessoas economicamente ativas, podemos notar, na quantidade total, a diferença entre o número de mulheres (297.325) e de homens (2.129.030) ativos economicamente, sendo os últimos, aproximadamente, 7 vezes mais ativos que as mulheres. Nota-se ainda que, nas atividades de agricultura, pecuária e silvicultura, de grande demanda e desenvolvimento nessa época, como analisado anteriormente, a quantidade de

homens (1.563.930) também supera a de mulheres (59.588) em aproximadamente 26 vezes. A segunda tabela analisada do Censo é a de número 29, representada pela Figura 3.

Figura 3: Tabela 29 do Censo Demográfico de Minas Gerais

29. PESSOAS PRESENTES, DEPENDENTES DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA, POR SEXO, COM INDICAÇÃO DAS ECONÔMICAMENTE ATIVAS E DISCRIMINAÇÃO DA CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO PARA AS NÃO ECONÔMICAMENTE ATIVAS, SEGUNDO GRUPOS DE IDADES

N° de ordem	GRUPOS DE IDADES	PESSOAS PRESENTES, DEPENDENTES DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA								
		Totais			Econômicamente ativas			Não econômicamente ativas		
								Totais		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1	*TOTAIS*	5 058 278	2 671 481	2 386 797	1 623 518	1 563 930	59 588	3 434 760	1 107 551	2 327 209
2	0 a 4 anos	894 453	454 499	439 954	-	-	-	894 453	454 499	439 954
3	5 a 9 anos	767 100	393 751	373 349	-	-	-	767 100	393 751	373 349
4	10 a 14 anos	670 118	350 152	319 966	145 945	136 709	9 236	524 173	213 443	310 730
5	15 a 19 anos	560 029	293 154	266 875	281 410	265 024	16 386	278 619	28 130	250 489
6	20 a 24 anos	468 235	241 095	227 140	244 032	235 697	8 335	224 203	5 398	218 805
7	25 a 29 anos	379 271	197 492	181 779	199 529	195 271	4 258	179 742	2 221	177 521
8	30 a 39 anos	564 775	298 249	266 526	302 579	296 177	6 402	262 196	2 072	260 124
9	40 a 49 anos	383 600	217 166	166 434	222 156	215 881	6 275	161 444	1 285	160 159
10	50 a 59 anos	216 928	130 356	86 572	134 003	129 268	4 735	82 925	1 088	81 837
11	60 a 69 anos	105 193	67 161	38 032	68 032	65 289	2 743	37 161	1 872	35 289
12	70 a 79 anos	32 729	20 221	12 508	19 130	18 244	886	13 599	1 977	11 622
13	80 anos e mais	11 029	5 584	5 445	4 346	4 080	266	6 683	1 504	5 179
14	Idade ignorada	4 818	2 601	2 217	2 356	2 290	66	2 462	311	2 151

Fonte: Censo Demográfico de Minas Gerais de 1954

Comparando esses dados com os da segunda tabela, observa-se, ainda, sobre as atividades de agricultura, pecuária e silvicultura, uma diferença de idade ativa. De 0 à 14 anos, há uma ausência de pessoas dependentes da agricultura, pecuária e silvicultura, começando a haver procura dessas atividades por pessoas economicamente ativas à partir dos 15 anos de idade. Têm-se um ápice de procura pelos dependentes das atividades citadas entre as idades de 30 e 39 anos (302.579 pessoas), e posteriormente a demanda tende a diminuir.

O Censo também nos mostra outra tabela, a de n° 30, referente aos "Empregados públicos presentes, por sexo e dependência administrativa, segundo o ramo da atividade principal"; relacionando essa tabela com os dados levantados e analisados anteriormente nas outras duas tabelas, podemos perceber que mesmo apesar das atividades de agricultura, pecuária e silvicultura serem muito importantes durante a década de 1950 e grande parte da população estar presente nessas áreas, a demandada Indústria de transformação, que também foi de suma importância, tanto no governo Dutra quanto J.K. com a Modernização, foi

aproximadamente 3 vezes maior que a da agricultura, pecuária e silvicultura, estando o foco do governo ainda centrado na Industrialização.

Figura 4: Tabela 30 do Censo Demográfico de Minas Gerais

30. EMPREGADOS PÚBLICOS PRESENTES, POR SEXO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO O RAMO DA ATIVIDADE PRINCIPAL

RAMO DA ATIVIDADE PRINCIPAL	EMPREGADOS PÚBLICOS PRESENTES												
	Totais			Federais		Estaduais		Municipais		Autárquicos		Sem declaração de dependência administrativa	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
TOTAIS	108 174	81 718	26 456	15 629	2 389	31 279	16 073	16 645	5 927	17 222	1 159	943	908
Agricultura, pecuária e silvicultura	306	297	9	166	7	109	2	19	-	-	-	3	-
Indústrias extrativas	39	39	-	-	-	-	-	39	-	-	-	-	-
Indústrias de transformação	1 106	1 067	39	63	2	148	11	856	26	-	-	-	-
Comércio de mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	444	331	113	-	-	-	-	-	-	331	113	-	-
Prestação de serviços	212	157	55	-	-	102	18	-	-	55	37	-	-
Transportes, comunicações e armazenagem	30 846	28 603	2 243	5 249	1 479	9 012	407	669	11	13 472	330	201	16
Atividades sociais	34 255	13 505	20 750	1 169	301	2 937	13 845	7 965	5 140	1 131	590	303	874
Administração pública, Legislativo, Justiça	24 320	21 258	3 062	2 179	487	9 536	1 718	6 906	750	2 233	89	404	18
Defesa nacional e segurança pública	16 646	16 461	185	6 803	113	9 435	72	191	-	-	-	32	-

Fonte: Censo Demográfico de Minas Gerais de 1954

Belo Horizonte, capital desenvolvimentista

Em 1950, tem-se ainda uma grande demanda por serviços em Minas Gerais, na recém-construída cidade de Belo Horizonte. Projetada pelo engenheiro Aarão Reis entre 1894 e 1897, Belo Horizonte foi inteiramente planejada para ser a moderna capital mineira. Em contraposição com a antiga capital Ouro Preto, cheia de montanhas e morros, com avenidas apertadas e escuras, além de estagnada socioeconomicamente, a nova capital Belo Horizonte foi projetada para ser uma cidade moderna e bem delineada.

Desde o início do século XIX, diversos governantes demonstraram interesse na transferência da capital do país da área costeira para o interior. Contudo, tal ambição só foi realizada durante o governo de Juscelino Kubitschek. Apesar da capital federal não ter sido transferida durante esse tempo, o mesmo não aconteceu com a capital mineira. Com a Proclamação da República, Ouro Preto já não se adequava mais como capital de um Estado

Republicano. Símbolo da centralização do Antigo Regime, a antiga capital mineira já se mostrava decadente e obsoleta para as novas demandas apresentadas pela nova "Tradição" Republicana. Esse antigo símbolo da Monarquia não era mais desejado como figura central. Dessa forma, Afonso Penna, o então presidente da província de Minas Gerais, ansiava a construção de uma nova capital baseada nos ideais positivistas e iluministas. Sendo assim, Afonso Penna convida o arquiteto Aarão Reis para planejar a nova capital mineira, já que ambos possuíam as mesmas visões positivistas, baseadas no ideal de civilização que se desejava na época. Nesse sentido, Castriota (1998) indica que:

> Uma nova ordem social precisava de um novo espaço onde ela pudesse se exercer.A arquitetura fornece então substrato físico para a nova sociedade, cria um domínio étnico para o exercício da sua cidadania particular e, ao longo do tempo, dialoga com suas transformações, possibilitando sua renovação e suas novas possibilidades. (CASTRIOTA. 1998, p. 15).

A recém-fundada República ansiava por transmitir seus valores para a sociedade brasileira, saindo da lógica do Antigo Regime em direção aos ideais iluministas. Contudo, a sociedade brasileira, em sua grande maioria, ainda estava imersa na lógica do Império.

O desejo de transferir a capital para uma nova cidade central e planejada encontrou resistências por parte dos ouro-pretanos, que não compartilhavam desse mesmo anseio, temendo a perda dos últimos resquícios de prestígios que a cidade ainda possuía. Ouro Preto, uma cidade não planejada e insalubre, com ruas estreitas e acidentadas, não se enquadrava mais nas demandas dessa nova ordem social. Buscava-se então a criação de uma cidade planejada, com ruas largas, geométricas e bem definidas, bem arborizada e higiênica, um reflexo das modernizações efetuadas em grandes Metrópoles europeias. Em 1897 nasce, então, a nova capital mineira - Belo Horizonte, simbolizando a emancipação da República e todos os seus ideais.

A Avenida do Contorno é caracterizada como o principal divisor socioeconômico da cidade. Dentro dela, planejamento e estruturação se faziam presentes, enquanto fora, nos subúrbios da cidade, a antiga lógica se estabelecia. Entretanto, esse contorno inicial da cidade, com o passar dos anos, não comportaria mais o crescimento exponencial da população belo-horizontina, sendo que, cada vez mais, a cidade se expandia para além de sua antiga delimitação. De acordo com Bahia (2009):

> A área urbana apresentou-se circundada por uma ocupação descontrolada, caracterizada por um emaranhado de vilas, conformado por um tecido urbano

> extenso, pouco denso, cujos serviços de infraestrutura não supriam as demandas da população. (...) Nos anos de 1930, a ocupação da cidade deu-se pelos vetores norte e oeste, já anunciando sua forma posterior de aglomerado metropolitano. Com apenas 34 anos, Belo Horizonte ocupava mais de trinta milhões de metros quadrados além do previsto em seu plano original. Diante desse quadro, o poder público viu-se induzido a estabelecer as primeiras medidas de planejamento posteriores ao plano original. (BAHIA. 2009, p. 186 – 187).

Como representação dessas mudanças e da higienização republicana, grandes praças arborizadas e moldadas no estilo barroco foram construídas como grandes pontos simbólicos e sociais da cidade. Um exemplo é a Praça da Liberdade, não apenas um local social e cultural, mas um ambiente político e governamental. Nos primeiros anos da capital, a Praça da Liberdade era o coração cultural e político de Belo Horizonte. Sobre isto, Monte-mór (1994) afirma que:

> A Praça da Liberdade, projetada para abrigar o poder, tinha uma posição privilegiada tanto pela sua arquitetura quanto pela sua localização. No início do século, esse *locus* se tornou um espaço indutor de sociabilidade, colocando-se como um dos principais da vida urbana. Seu espaço envolvia tanto as atividades públicas e políticas como as de lazer. Circundada pelo Palácio do Governador e as secretarias, a Praça logo conquistou significado para a escassa população belo-horizontina. (MONTE-MÓR. 1994, p. 30).

O local escolhido para a edificação da capital não estava anteriormente vazio. O Curral Del Rei ocupava a localização da futura cidade, e foi completamente demolido, salvo a casa da sede da Fazenda do Leitão, onde atualmente se encontra o Museu Histórico Abílio Barreto. A cidade simbolizava o triunfo da recém-proclamada República sobre as antigas estruturas remanescentes do Império.

A virada do século marca o começo de uma nova etapa na vida da recém-fundada Belo Horizonte, seus primeiros anos serviram para se estabelecer como o novo centro político, econômico e cultural do Estado de Minas Gerais.

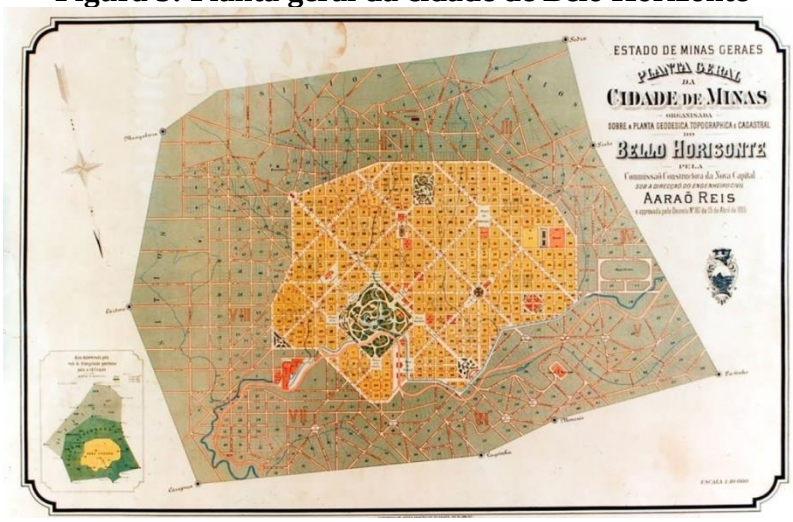
A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um divisor de águas histórico global, marcando o fim de uma Era. Apesar de não ter participado ativamente desse conflito, a sociedade brasileira sentiu as mudanças ocasionadas pela guerra e novas demandas, pouco a pouco, se faziam presentes. A jovem capital mineira apresentava novos anseios, como no setor educacional. Logo, para suprir essa demanda, se fez necessário a fundação de um Campus Universitário Federal, criando-se a Universidade de Minas Gerais. No setor da saúde

também foi realizado investimentos, criando-se uma rede hospitalar concentrada na região do Santa Efigênia. Tais aspectos são exaltados por Castriota (1998), que diz:

> Retomada a construção, após o fim do conflito mundial, Belo Horizonte assume em definitivo o papel de centro cultural e administrativo do Estado com expressivo crescimento demográfico. Pouco a pouco, a cidade, "tão vasta e vazia", com "imensos bulevares abertos para multidões, mas silenciosos e desertos", vai ganhando a vida. Operários e mestres-de-obras imigrantes abrem as novas ruas, levantando casas e prédios comerciais, compondo os valores, os pormenores e ornatos da arquitetura predominantemente eclética que caracteriza o período. É criada a Universidade de Minas Gerais e feitas as ampliações da rede de ensino público e a da rede hospitalar, que se concentra no bairro de Santa Efigênia. (CASTRIOTA. 1998, p. 51).

Sua estrutura meticulosamente arquitetada, continha ruas perpendiculares e simétricas cortadas por avenidas em diagonal, quarteirões retangulares e uma avenida em torno da cidade demarcando sua fronteira, a famosa Avenida do Contorno. Na estrutura da cidade também estavam contidos praças e parques, tendo em destaque o grande Parque Municipal Américo Renné Giannett na área central. Tais características arquitetônicas podem ser visualizadas na planta geral da cidade de Belo Horizonte, produzida por Aarão Reis em 1895, conforme Figura 5.

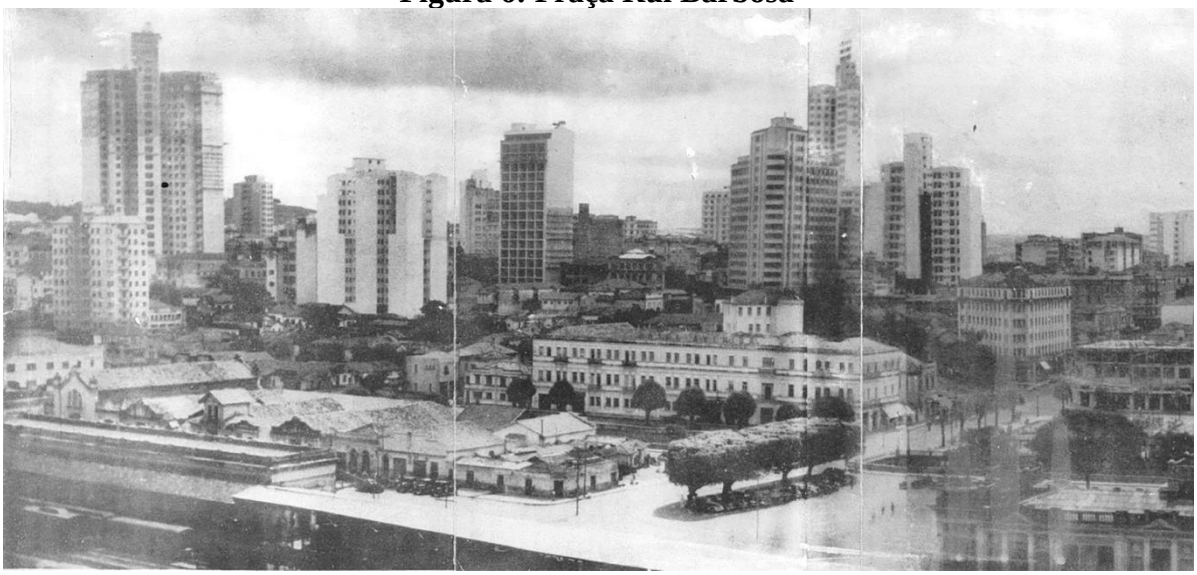
Figura 5: Planta geral da cidade de Belo Horizonte



Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1895

Além da oferta de serviços no processo de construção da cidade de Belo Horizonte, em 1950 essa demanda continua com a Modernização da cidade. Nesse período, têm-se o fenômeno da "verticalização", com a construção de grandes edificações e arranha-céus, representado pela Figura 6.

Figura 6: Praça Rui Barbosa



Fonte: Arquivo Público da Cidade, 1948

A verticalização da cidade se fez necessária com seu crescimento, tanto populacional quanto comercial. As novas técnicas arquitetônicas permitiam realizar essa expansão de forma vertical, com a construção de grandes edifícios, que serviriam tanto para a habitação quanto para as atividades comerciais. Nesse contexto, Bahia (2009) comprova que:

> Com a verticalização do centro, inicialmente ocupado pelo uso comercial e depois por habitação coletiva vertical, as demolições foram necessárias. Embora jovem, a cidade renovava-se com ares de metrópole. Em nome do progresso e da modernidade, a arquitetura modernista de aparência cubista ou futurista modificou a imagem construída da cidade, através de uma nova estética amparada por um recente sistema construtivo empregado – o cimento armado. Os edifícios, depois de 1930, arquitetaram-se a partir de um geometrismo volumétrico, de linhas retas, com poucos ornamentos e elementos decorativos e um diálogo mais orgânico entre a construção edilícia, o tecido e a imagem urbana. (BAHIA. 2009, p. 187)

Figura 7: Edifício Ibaté, primeiro arranha-céu de Belo Horizonte

Fonte: Arquivo Público da Cidade, 1935.

A nova arquitetura verticalizada estabeleceu o espírito modernizador encabeçado pela cidade. Seu primeiro arranha-céu marca então, a Metropolização da capital mineira.

Iniciou-se, assim, com a Industrialização e a Modernização da cidade, um processo de Metropolização da capital mineira, marcado pelo intenso fluxo migratório para a cidade de Belo Horizonte, forçando o crescimento urbano para além das antigas demarcações propostas por Aarão Reis, a Avenida do Contorno. Sobre tal fato, o autor Bahia (2009) afirma que:

> A metropolização de Belo Horizonte concretizou-se por uma política econômica de caráter desenvolvimentista e inflacionário, com o incremento à industrialização. Porém, a ausência de uma política social coerente ocasionou um crescimento demográfico veloz e desordenado, e uma perversa e acelerada favelização, motivo de grande preocupação do poder público da época. (BAHIA, 2009, p. 195).

Com investimentos na indústria automobilística, a expansão da cidade se fez necessária. Surge, então, a demanda por avenidas mais largas, sinalizadas e capazes de comportar o intenso tráfego de veículos automotivos. Com a Industrialização, aumentam-se também as demandas por empregos, atraindo-se ainda mais migrantes para a capital. Outro marco da Modernização, não apenas mineira, mas brasileira, foi a transferência da capital federal para o interior, resultando assim na construção da cidade de Brasília, por Oscar

Niemeyer, e a criação do Distrito Federal, baseados na política de interiorização encabeçada por JK. Nesse sentido, Castriota (1998) afirma que:

> Na segunda metade da mesma década, já como Presidente da República, Kubitschek estabelece, como palavra de ordem, desenvolver "50 anos em 5". Entre suas principais iniciativas, duas influenciaram sobremaneira o crescimento de Belo Horizonte: a criação da indústria automobilística, que amplia a frota em circulação, aumentando a disponibilidade dos habitantes para a ocupação dos espaços mais afastados das grandes cidades e, mais diretamente, a construção de Brasília e da Barragem de Três Marias, conduzindo à ocupação do centro-oeste brasileiro. (CASTRIOTA. 1998, p. 59).

Figura8: Esplanada dos Ministérios,em construção

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

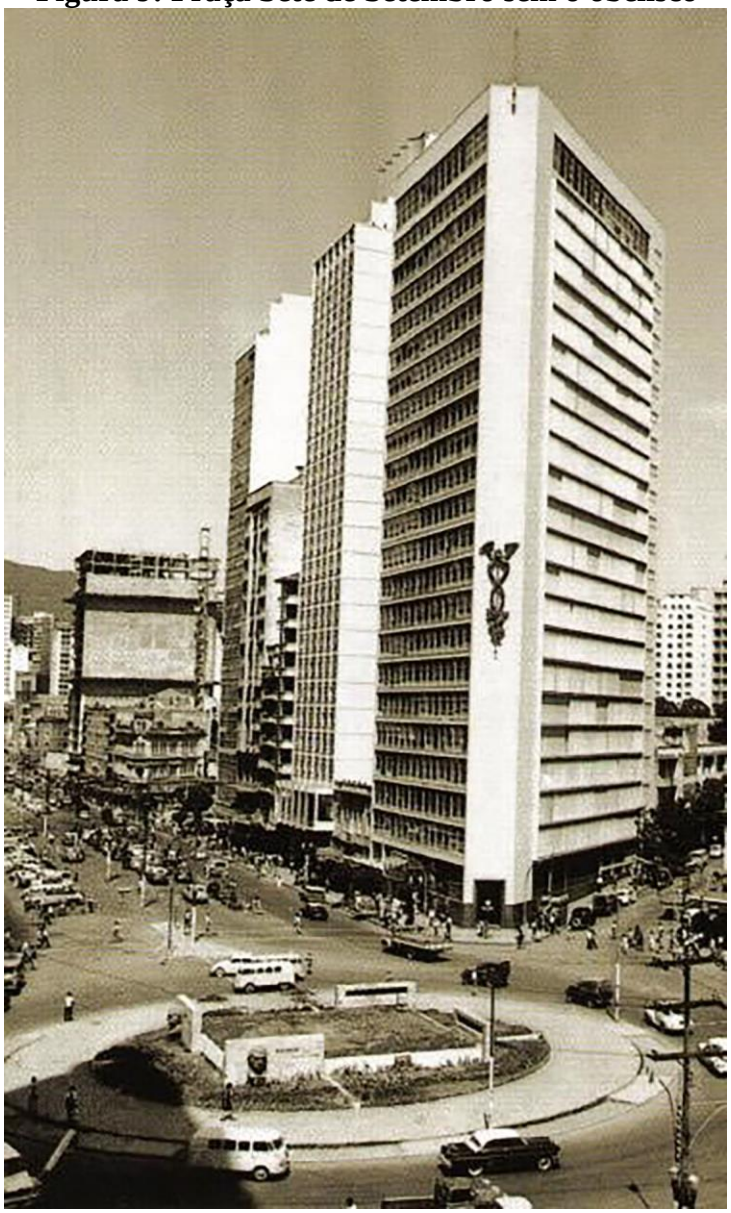
Dois anos antes do fim da segunda Guerra Mundial (1939-1945), na época em que JK era apenas prefeito da cidade de Belo Horizonte, inaugurou-se o complexo arquitetônico da Pampulha, idealizado e planejado por Oscar Niemeyer. Essa nova área da cidade almejava a retomada dos valores de progresso e de modernidade. A região da Pampulha elucidava o padrão e o espelho da Modernidade e da sociedade, seus valores e anseios, assim como a visão que JK possuía sobre os rumos futuros da cidade. Nesse âmbito, Monte-mór (1994) afirma que:

> Em detrimento da solução de vários problemas urbanos, a construção da barragem da Pampulha e seu complexo arquitetônico moderno tornou-se um marco expressivo na cultura mineira e nacional. Volta-se por um instante ao passado à época da fundação da cidade, e a arquitetura recupera sua missão de simbolizar o progresso e o desenvolvimento mineiro. Neste sentido, foi incorporado à tradição cultural urbana a idéia de moderno, materializada na arquitetura da Pampulha, até então pouco evidenciada na experiência cotidiana. Apontando para uma consolidação urbano-industrial, a Belo Horizonte da década de 40 e das décadas subseqüentes apresentava uma nítida oposição entre o novo e o antigo. (MONTE-MÓR. 1994, p. 36).

A opção feita por JK, ao realizar o projeto da Pampulha, foi também para a resolução de outros problemas urbanos criados pelo crescimento populacional e a rápida industrialização de Belo Horizonte. Um dos efeitos dessas transformações é a acentuação das diferenças entre bairros da capital, delimitando as grandes diferenças socioeconômicas presentes na própria cidade. Os bairros eram cada vez mais marcados por tais diferenças, demonstrando claramente quais eram as áreas privilegiadas da cidade. No que tange a essa diferenciação socioeconômica habitacional, o autor Castriota (1998) demonstra que o crescimento populacional também influenciou nesse âmbito, quando afirma que: “Desde o início deste período, a população cresce a taxas anuais entre 5 e 7%. De 350 mil habitantes em 1950, passa a 700 mil, em 1960, chegando a 1 milhão e 200 mil em 1964. Destes, 10% vivem em 79 favelas”. (CASTRIOTA. 1998, p. 63).

Já no ano de 1964, com o Golpe militar, que veio a se tornar um marco histórico para a sociedade brasileira, encontramos o fim da idealização dos valores republicanos, que foram idealizados com a fundação da cidade. Um exemplo dessa mudança é a retirada do obelisco, em 1963, da Praça Sete de Setembro, símbolo republicano e sua relocação para a Praça da Savassi em 1977.

Figura 9: Praça Sete de Setembro sem o obelisco



Fonte: Arquivo Público da Cidade, 1964

O governo militar começou, então, sua política de centralização de poder e demonstração da força do Estado. Suas políticas industriais serviam como ferramenta de controle dos caminhos tomados pela economia brasileira, buscando a exaltação de um espírito nacionalista através da valorização e criação de mitos e símbolos.

A divisão da cidade de Belo Horizonte em 14 regiões metropolitanas foi um reflexo do hiperplanejamento executado pelo governo militar e sua obsessão com ordem e disciplina. Um rompimento com a visão arquitetônica da cidade de Aarão Reis, estabelecida pelo

governo militar nesse período, foi em relação à visibilidade das vias principais da cidade, que eram parcialmente obstruídas pelo grande número de árvores presentes numa das avenidas principais da capital, a Afonso Penna. Iniciou-se então um processo de desarborização dessa avenida, buscando-se uma melhor visibilidade da região.

As heranças da política de Juscelino Kubitschek foram sentidas pela capital mineira no crescimento exponencial da cidade durante o período. A hiperindustrialização levou ao aumento da demanda por matérias primas, e o minério encontrado na Serra do Curral serviu para suprir parte dessa demanda, levando a devastação do ecossistema local. Além disso, esse crescimento, em consequência da política desenvolvimentista de JK, foi a sobrecarga das vias de transporte da capital, o que gerou um aumento dos congestionamentos e, por consequência, um prejuízo na qualidade de vida da população. O aumento da taxa de crescimento automobilístico também foi reflexo do crescimento populacional supracitado. Sobre esse assunto, o autor Monte-mór (1994) acrescenta que:

> Já o crescimento espacial pode ser entendido como fruto de dois grandes movimentos interligados: o primeiro caracteriza a expansão urbana que vai dos anos 50 até meados dos anos 70 e se baseia no processo de industrialização e nas intervenções públicas estruturadoras da ocupação do espaço. O segundo movimento resulta da atuação do capital imobiliário, tendo como produto espaços diferenciados de reprodução, através da habitação. (MONTE-MÓR. 1994, p. 56).

Em 1950, Belo horizonte já se destacava no cenário nacional como uma das cidades mais importantes do país. Mesmo assim, a capital ainda apresentava alguns problemas na infraestrutura, como nos setores de abastecimento de água, energia e transporte, em relação à demanda populacional. Diante disso, o autor Bahia (2009) ainda afirma que:

> A partir dos anos de 1940, e sobretudo nos anos de 1950, Belo Horizonte firmou-se como um centro urbano-industrial, como convinha a uma cidade de vocação modernista, em que o binômio energia e transporte passou a ser imprescindível à continuidade do desenvolvimento da indústria. O crescimento do parque industrial e o consequente processo de metropolização da cidade deram-se fundamentalmente pela ação deliberada do Estado e não pelas forças livres do mercado. (BAHIA, 2009, p. 195).

Assim como em outras épocas, o desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte levou a uma acentuação de suas desigualdades socioeconômicas. As diferenças entre as diversas regiões são cada vez mais evidentes e o processo de favelização da periferia, que teve seu começo na década de 1950, intensifica-se e acelera-se com as políticas econômicas executadas durante a ditadura.

Dessa forma, podemos perceber que o demasiado crescimento demográfico de Minas Gerais, registrado no censo de 1954, está ligado ao processo de industrialização mineiro, que repercute em uma grande oferta de serviços e, assim, um alto fluxo migratório rumo a Minas Gerais. Nesse sentido, Belo Horizonte tem um papel fundamental, devido ao processo de Modernização vivenciado pela capital mineira e a grande quantidade de trabalho em obras públicas ofertadas nesse período.

Referências

BAHIA, Cláudio Listher Marques. Uma cidade para a modernidade mineira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 185-200, 2009.

BARROS, José Márcio. Cidade e identidade: a Avenida do Contorno em Belo Horizonte. *In*: MEDEIROS, Regina; BARROS, José Márcio (org.). **Permanências e mudanças em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, Autêntica, p. 19-48, 2001.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia G. Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. *In*: Seminário sobre a economia mineira, 10, 2002, Minas Gerais. **Anais [...].** Minas Gerais: UFMG, 2002.

BUARQUE, Cristovam. **O colapso da modernidade brasileira**: e uma proposta alternativa. Paz e terra, 1995.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Rio de Janeiro: IBGE. Série regional: v. 11, Tomo 1, 1954.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. *In.:* MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo *et al.* **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1994, p. 11-27.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo, *et al*. **Belo Horizonte:** espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. Tradição e modernidade na construção da nova capital mineira: o Padre Francisco Martins Dias e os "Traços Históricos e Descriptivos de Bello Horizonte". **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. 6, ano 3, n. 2, p. 175, dez. de 2008. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria. Acesso em: 18 de out. de 2008.